

# Resenhas

**Natalio Kisnerman. 1999. *Reunión de Conjurados: Conversaciones sobre Supervisión*. Buenos Aires: Lumen Humanitas. 111 p. ISBN: 950-724-926-5.**

A opção pela resenha deste livro prende-se com a forma original e simples como o autor aborda a temática da supervisão e ainda por não estar facilmente disponível no mercado português. Trata-se de um livro que se manuseia sem esforço, pequeno, o que não significa, porém, que seja 'pequeno' ao nível dos conteúdos. A obra, escrita como se de 'conversas' se tratasse, reúne um grupo de 'conjurados' com o objectivo de tratar o problema da supervisão. Um dos indivíduos presente nas cinco conversas (capítulos) é o próprio N. Kisnerman, o autor do livro. É ele o perito na matéria, os restantes elementos vão dando contributos, colocando dúvidas e questões, sugerindo ainda, por vezes, exemplos ou ilustrações do que vai sendo exposto, em 'conversas' atractivas, esclarecedoras e interessantes. No breve texto de introdução, o autor apresenta o porquê da escolha do tema e também do título. Se o tema parece, só por si, justificado, arrisco a transcrição da razão do título: 'Conjurados são os que concordam em actuar contra algo que, no nosso caso, são todos aqueles obstáculos que se opõem a uma aprendizagem constante. Suas reuniões devem permitir-lhes (...) fortalecer-se na luta para vencê-los' (p.7).

Ao longo da primeira conversa – 'Começando um Processo' – são discutidos os aspectos formais relativos ao início de um processo de supervisão (apresentações, necessidade de criar um clima de respeito democrático, nomeadamente), bem como a eventual necessidade do recurso a jogos facilitadores da integração dos elementos no grupo de supervisão. O autor promove, de seguida, a definição de um conjunto de 'constantes' que constituem, bem vistas as coisas, o enquadramento teórico-metodológico e refere que cabe a cada supervisor esclarecer o 'esquema conceptual-metodológico ou paradigma com que vai trabalhar' (p.15).

Kisnerman expõe o esquema conceptual-metodológico do qual parte para desenvolver a sua actividade neste campo. O seu posicionamento é claro: 'Elegemos, para trabalhar, o construcionismo como paradigma que nos permite, a partir de um enfoque transdisciplinar, (...) operar no conjunto das representações, valorações e interpretações' (p.16). Fica, assim, justificado o frequente recurso a Humberto Maturana, a quem se reconhece um importante contributo no desenvolvimento do construcionismo social – para além de outros, como Kenneth Gergen ou Ernest von Glaserfeld, igualmente significativos no âmbito deste paradigma.

O autor (sempre respondendo às questões que lhe vão sendo colocadas pelos 'conjurados') prossegue o seu diálogo, referindo quais as principais implicações, na supervisão, para quem parte do enquadramento teórico construcionista. O onde (espaço/lugar) e o quando (tempo) são abordados enquanto 'constantes espacio-temporais', tais como as constantes de funcionamento que se exigem, relativamente ao começo de um processo de supervisão: 'Instalado o enquadramento pelo supervisor, discutido o mesmo entre todos os supervisados e consensualizado, é o referente, o acordo das partes, o contrato, o normativo a partir do qual e com o qual se trabalha' (p. 22).

A segunda conversa – 'O Que é e Para Que Serve a Supervisão' – constitui, talvez, o capítulo central deste livro. O autor começa por definir a supervisão como um processo de reflexão sobre a prática profissional e, igualmente, uma prática em si mesma, devendo obedecer a instâncias devidamente programadas. O conceito de 'prática' é abordado, atribuindo um duplo significado; por um lado, o desenvolvimento de uma série de actividades que realizamos para atingir um determinado objectivo e, por outro, o 'praticar, no sentido de executar a prática, de como praticar' (p.26). A supervisão de estudantes e de profissionais pressupõe, enquanto processo, a existência de objectivos ao nível da aprendizagem. O autor parte do conceito de

ensino-aprendizagem, como processo de construção de uma realidade concreta, no sentido de conhecê-la e transformá-la, transformando, simultaneamente, todos os envolvidos. Deste modo, 'aprender é um processo que se constrói entre supervisor e supervisados, como sistemas que interactuam ensinando-aprendendo reciprocamente, realimentando-se mutuamente na pratica' (p. 28).

Que tipo de relação se estabelece entre supervisor-supervisionado? Neste domínio, Natalio Kisnerman recusa as relações de tipo assistencialista, de dominação ou ainda tecnicista, optando por caracterizar a relação como participativa, propiciadora de crescimento, de maturação e de autonomia, permitindo a capacidade criativa dos actores. Na sequência deste posicionamento, aborda os processos (nem sempre fáceis) de desconstrução e de (re)construção do conhecimento que, não sendo um produto da acção de um só sujeito, 'surge nos intercâmbios relacionais' (p.33). Face à natureza delicada da tarefa, Kisnerman alerta e descreve quais as resistências que, com maior frequência, opõem supervisionados e supervisores. No trabalho de supervisão, importa, ainda, conhecer qual o texto – o que conseguimos ler/retirar a partir de uma reunião de supervisão, o que foi dito, como foi dito e o que ficou por dizer – e o contexto – tudo o que rodeia o grupo, desde a instituição, a realidade social em que esta se insere, as práticas que se realizam no exterior do espaço físico e que se introduzem no texto, completando o seu significado.

No final desta longa 'segunda conversa', são discutidos os critérios para a escolha da instituição/local de estágio – no caso em que os supervisionados são estudantes e não profissionais. A escolha do local de estágio é considerada um factor chave para garantir uma aprendizagem satisfatória. Para além do conhecimento dos objectivos, programas, população, recursos existentes, estrutura orgânica, funções, acções dos profissionais, horário de funcionamento, disponibilidades, etc., é fundamental que os estudantes beneficiem de condições para investir 'as suas próprias experiências de aprendizagem, quando têm um tipo de organização que, sendo flexível, permite a criatividade' (p.44). E termina chamando a atenção para a importância da celebração de acordos interinstitucionais (com vista, nomeadamente, à expressão clara

dos objectivos, direitos, obrigações) entre a instituição formadora (responsável pela formação dos seus estudantes) e a instituição onde se realizam as 'práticas' ou estágios.

Na terceira conversa – 'O Supervisor' – o autor destaca a função formativa do supervisor, explicitando as funções a desempenhar e como reconhecer um supervisor capaz. Este é definido como um 'co-pensador' – já que reflecte em conjunto com o grupo de supervisionados, acerca da informação que este proporciona ao reconstruir as suas práticas – e considera que é o supervisor quem deve orientar a procura, a criação e a mobilização dos recursos. No entanto, a figura do supervisor não surge isolada, daí que aborde, ainda, a(s) equipa(s) de trabalho enquanto 'uma microestrutura operativa dentro de uma macroestrutura' (p.56).

A quarta conversa – 'Estratégias de Supervisão' – congrega as temáticas centrais expostas ao longo do livro. Começa por justificar a sua preferência pela supervisão em grupo, considerando que 'O grupo é o espaço dos intercâmbios, no qual se operam as transformações' (p.65). Do inventário de estratégias a traçar face às práticas, é particularmente destacada a abordagem integrada que o autor considera muito mais produtiva do que aquela realizada por níveis de abordagem – a prática articulada. Segundo o autor, uma prática integrada possibilita, tanto aos supervisores como aos supervisionados, a assumpção e a compreensão do papel profissional; a apropriação de uma metodologia de intervenção no terreno; o domínio de um conjunto de técnicas e procedimentos e, ainda, vivenciar a pluridimensionalidade do espaço e da intervenção – bem como a dinâmica de interacção entre grupos, comunidades e instituições. Já a prática articulada, ainda que partindo do mesmo enfoque conceptual-metodológico, faz confluir os distintos níveis de abordagem, a partir de objectivos, projectos e espaços locais (com)partilhados, respeitando a especificidade de cada um desses níveis de abordagem. Kisnerman aborda, de seguida, a constituição de grupos de discussão no contexto de supervisão.

Por fim, são abordados o registo das práticas e a avaliação como elementos essenciais para a supervisão. Estes são os temas que inspiram a quinta 'conversa' – 'O Registo e a Avaliação'. Começa por referir as diferentes tipologias de registos e realça a sua absoluta

necessidade, apresentado a ideia de que é imprescindível a reconstrução da prática a partir do seu registo – o que apenas se consegue por via da sistematização da prática – porque é aquela que permite formular algumas concepções a partir da reflexão efectuada. O capítulo termina com a reafirmação do posicionamento do autor face ao paradigma construcionista, referindo que ‘interessa interpretar a capacidade profissional alcançada para compreender e enfrentar satisfatoriamente os problemas que a prática vai colocando, assim como a capacidade de funcionamento intrasubjectivo e intersubjectivo para participar proveitosamente nas situações de interacção e aprendizagem’ (p.85). Esta é, em última instância, a fundamentação apresentada para se efectuar a avaliação. O autor analisa as estratégias, procedimentos, meios e tipos de avaliação a efectuar, afirmando, no entanto, que só faz sentido avaliar se a avaliação, em si mesma, se converter numa parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e não apenas num mero apêndice.

Proponho a leitura deste livro de grande utilidade para aqueles cuja experiência profissional os liga mais directamente a este domínio de conhecimento e de acção. Trata-se de um livro que se devora (quase) de uma só vez – o que não acontece, por certo, com a assimilação dos conteúdos e instrutivos ensinamentos trazidos até nós.

**Dulce Simões**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Nathan Rosenberg. 2000. *Schumpeter and the Endogeneity of Technology: Some American Perspectives*. Londres: Routledge. 125 pp. ISBN: 0-415-22652-X.**

Nathan Rosenberg é Professor de Economia na Universidade de Stanford. Os seus principais trabalhos incluem *Inside the Black Box, Exploring the Black Box* (1983), *How the West Grew Rich* (1986; em parceria com L. E. Birdzell, Jr.) e, mais recentemente, *Paths of Innovations* (1998; com David Mowery). Não correrei certamente o risco de exagerar ao afirmar que Rosenberg tem centrado a sua investigação na explicação económica e histórica do progresso tecnológico dos países

desenvolvidos. Este livro consiste numa compilação de cinco conferências que têm igualmente como tema central a inovação e a sua endogeneidade, invocando-se Schumpeter como o precursor essencial destas ideias.

‘Joseph Schumpeter e a Interpretação Económica da História’ é o título da primeira conferência. Rosenberg começa por afirmar que Schumpeter mudou de perspectiva quanto à actividade inventiva: na sua obra da década de 30, *Business Cycles*, não demonstrava qualquer interesse analítico quanto aos determinantes da actividade inventiva, via-a como exógena. Mas, no *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), argumentou em sentido contrário, defendendo que a empresa moderna a endogeneizou. Schumpeter vai criticar, assim, a análise de estática comparada, porque acredita, tal como Marx, que existem forças internas ao sistema capitalista que fazem com que este evolua de forma mais ou menos contínua: o inevitável crescimento da firma e a concentração industrial; a instabilidade inerente ao capitalismo e a inevitabilidade das ‘crises’ — os Ciclos Económicos; a destruição eventual de instituições capitalistas e sua substituição por uma forma de organização socialista. Rosenberg confirma a endogeneidade da inovação defendida por Schumpeter: o capitalismo tem de ser considerado como um sistema evolutivo, em vez de um sistema que regressa ao equilíbrio após pequenos desvios, face à posição (de equilíbrio) inicial. O conceito de Inovação implica a introdução de um novo produto, tecnologia, factor de produção ou tipo de organização. Tal é diferente de Inovação Tecnológica, que é central para a mudança a longo prazo da actividade económica.

Em ‘Endogeneidade na Ciência e Tecnologia do Século XX’, a segunda conferência desta série, Rosenberg procura demonstrar que tanto a ciência, como a tecnologia se tornaram factores mais endógenos à actividade económica ao longo do século XX, enquanto consequência directa de mudanças institucionais e alterações associadas a incentivos económicos. A unidade fundamental é o Laboratório de Pesquisa Industrial (LPI), o que, em si mesmo, é considerado uma inovação institucional-chave. Ele teve a sua origem na indústria alemã de química orgânica, no final do século XIX, em colaboração com outras instituições, nomeadamente, as universidades que formavam